

Ativo (Em R\$)		30/06/2022	Passivo + Patrimonio Liquido (Em R\$)	30/06/2022
ATIVO		310.832.678,11	PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	310.832.678,11
CIRCULANTE		93.946.187,50	CIRCULANTE	83.261.782,95
CAIXA E EQUIVALENTES CAIXA		26.538.748,36	FORNECEDORES	22.957.141,92
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES		33.310.467,01	OBRIGACOES TRABALHISTAS	7.413.757,20
ALMOXARIFADO		0,00	SALARIOS E ORDENADOS	77.179,19
OUTROS VALORES A RECEBER		10.574.040,63	PROVISAO DE FERIAS	3.110.059,24
DESPESAS ANTECIPADAS		4.860.505,81	PROVISAO 13º SALARIO	917.947,02
TRIBUTOS A RECUPERAR		18.662.425,69	OBRIGACOES TRABALHISTAS	2.264.927,07
NAO CIRCULANTE		216.886.490,61	PROVISOES TRABALHISTAS	1.043.644,68
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		2.124.961,72	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	28.876.541,63
DEPOSITOS JUDICIAIS		2.124.961,72	IRPJ E CSLL	1.047.850,14
INVESTIMENTOS		209.997.234,70	PIS E COFINS	0,00
PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS		209.997.234,70	RETENCOES ENCARGOS TERC	456.344,11
IMOBILIZADO		576.425,34	OBRIG FISCAIS MUNICIPAIS	27.372.347,38
IMOBILIZADO EM OPERACAO		576.425,34	IMPOSTOS EXERCICIOS ANTERIORES	0,00
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO		0,00	EMPREST. E FINANC.	4.210.186,08
INTANGIVEL		4.187.868,85	ARRENDAMENTO	4.262.652,22
			ENCARGOS FINANC	-52.466,14
			OUTROS	19.441.560,76
			ADIANT CLIENTES	14.424.012,31
			SUBV MUNIC A APROPR	0,00
			SUBV INVEST PAC	839.498,40
			RECURSOS MUNIC EVENTOS	2.469.984,68
			REC DIF IPTU ISS	1.708.065,37
			OUTRAS EXIGIBILIDADES	0,00
			DEBITOS COM EMPRESAS MUNICIP	362.595,36
			NAO CIRCULANTE	294.209.077,64
			DEBITOS COM EMPRESA MUNICIP	664.758,16
			OBRIGACOES TRIBUTARIAS	117.846.814,33
			OBRIG FISCAIS MUNICIPAIS	113.071.784,87
			IRPJ E CSLL DIFERIDOS	4.775.029,46
			ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	50.754.667,36
			PROVISOES PARA CONTINGENCIAS	95.314.798,74
			PROV TRABALH	31.360.218,56
			PROV CONTING TRAB	7.755.939,16
			PROV DISSID E ENC	23.604.279,40
			PROVISOES CIVEIS	63.954.580,18
			PROVISAO P/ CONTING. FISCAIS	0,00
			RECEITA DIFERIDA ISS/IPTU	18.698.629,84
			SUB INVEST PAC	10.929.409,21
			PATRIMONIO LIQUIDO	-66.638.182,48
			CAPITAL SOCIAL	246.149.586,14
			ADTO P/ FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	126,13
			SUB INVEST A APROPR	0,00
			RESERVA DE REAVALIACAO	114.986.054,19
			PREJUIZOS ACUMULADOS	-427.773.948,94
		0,00		0,00

SIGA /CTBR510/v.12

DEMONSTRACAO DE RESULTADO COC V20170322

Hora...: 12:38:28

Emissao: 12/09/2022

(Em R\$)	30/06/2022
REC VDA BENS SERV	14.564.770,75
RECEITA BRUTA	14.666.379,11
SUBVENCAO MUNICIPAL	665.078,00
IMPOSTOS	-766.686,36
CANC / DEV / ABAT	0,00
CUSTOS DOS SERVICOS PRESTADOS	-14.557.760,29
RESULTADO BRUTO	7.010,46
DESPESAS OPERACIONAIS	-5.371.274,61
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-5.384.366,36
OUTRAS REC. DESP. OPERAC. LIQUIDAS	13.091,75
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FINANC.	-5.364.264,15
RESULTADO FINANCEIRO	-1.213.135,06
RECEITAS FINANCEIRAS	434.515,90
DESPESAS FINANCEIRAS	-1.647.650,96
LUCRO (PREJUIZO) ANTES DO IRPJ E CSLL	-6.577.399,21
IRPJ E CSLL	3.610.740,11
LUCRO (PREJUIZO) LIQUIDO DO EXERCICIO	-2.966.659,10

SIGA /CTBR510/v.12

DEMONSTRACAO DE RESULTADO COC V20170322

Hora...: 13:13:21

Emissao: 12/09/2022

(Em R\$)	30/06/2022
REC VDA BENS SERV	109.385.003,87
RECEITA BRUTA	86.067.842,01
SUBVENCAO MUNICIPAL	31.189.306,06
IMPOSTOS	-7.137.858,51
CANC / DEV / ABAT	-734.285,69
CUSTOS DOS SERVICOS PRESTADOS	-66.674.577,64
RESULTADO BRUTO	42.710.426,23
DESPESAS OPERACIONAIS	-34.562.241,25
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-34.333.797,34
OUTRAS REC. DESP. OPERAC. LIQUIDAS	-228.443,91
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FINANC.	8.148.184,98
RESULTADO FINANCEIRO	-3.173.867,33
RECEITAS FINANCEIRAS	5.152.130,22
DESPESAS FINANCEIRAS	-8.325.997,55
LUCRO (PREJUIZO) ANTES DO IRPJ E CSLL	4.974.317,65
IRPJ E CSLL	-1.047.850,14
LUCRO (PREJUIZO) LIQUIDO DO EXERCICIO	3.926.467,51

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	14
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	38
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	40
---	----

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	42
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	43
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	44
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	8.407
Preferenciais	136
Total	8.543
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	1
Total	1

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	310.833	313.575
1.01	Ativo Circulante	93.946	95.206
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	26.538	22.900
1.01.03	Contas a Receber	33.311	54.266
1.01.03.01	Clientes	33.311	54.266
1.01.06	Tributos a Recuperar	18.662	16.207
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	18.662	16.207
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.861	1.647
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	10.574	186
1.01.08.03	Outros	10.574	186
1.02	Ativo Não Circulante	216.887	218.369
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.125	4.657
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.125	4.657
1.02.02	Investimentos	209.997	0
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	209.997	0
1.02.03	Imobilizado	577	213.608
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	577	213.608
1.02.04	Intangível	4.188	104
1.02.04.01	Intangíveis	4.188	104

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	310.833	313.575
2.01	Passivo Circulante	83.262	99.609
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.413	32.823
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.860	4.962
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	5.553	27.861
2.01.02	Fornecedores	22.957	23.302
2.01.03	Obrigações Fiscais	28.877	26.151
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	4.210	0
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	4.210	0
2.01.05	Outras Obrigações	19.805	17.333
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	363	354
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	363	354
2.01.05.02	Outros	19.442	16.979
2.01.05.02.04	Cessões de Áreas a Realizar / Adiantos Clientes	14.424	14.399
2.01.05.02.06	Eventos a Realizar	2.470	32
2.01.05.02.08	Outros	840	840
2.01.05.02.09	Receita Diferida ISS/IPU	1.708	1.708
2.02	Passivo Não Circulante	294.210	284.677
2.02.02	Outras Obrigações	164.492	164.995
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	665	826
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	665	826
2.02.02.02	Outros	163.827	164.169
2.02.02.02.05	Obrigações Fiscais Municipais	113.072	112.519
2.02.02.02.06	Cessões de Áreas a Realizar	50.755	51.650
2.02.03	Tributos Diferidos	4.775	4.921
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.775	4.921
2.02.04	Provisões	95.315	83.859
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	95.315	83.859
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	31.360	24.859
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	63.955	59.000
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	29.628	30.902
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	18.699	19.553
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar	10.929	11.349
2.03	Patrimônio Líquido	-66.639	-70.711
2.03.01	Capital Social Realizado	246.149	246.149
2.03.03	Reservas de Reavaliação	114.986	115.448
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-427.774	-432.308

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	58.935	109.385	38.995	64.026
3.01.01	Receita Bruta	46.933	86.068	10.561	32.063
3.01.02	Impostos	-4.179	-7.138	-1.343	-4.486
3.01.03	Cancelamentos, devoluções e abatimentos	-319	-734	-440	-927
3.01.04	Subvenção municipal	16.500	31.189	30.217	37.376
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-40.255	-66.674	-31.356	-62.548
3.03	Resultado Bruto	18.680	42.711	7.639	1.478
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-21.971	-34.562	-19.056	-38.304
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-22.007	-34.334	-19.721	-39.014
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	36	-228	665	710
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-3.291	8.149	-11.417	-36.826
3.06	Resultado Financeiro	-3.501	-3.174	-6.365	-9.692
3.06.01	Receitas Financeiras	1.147	5.152	401	871
3.06.02	Despesas Financeiras	-4.648	-8.326	-6.766	-10.563
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-6.792	4.975	-17.782	-46.518
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.048	-1.048	0	0
3.08.01	Corrente	-1.048	-1.048	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-7.840	3.927	-17.782	-46.518
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-7.840	3.927	-17.782	-46.518
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,9176	0,45956	-2,08125	-5,44459
3.99.01.02	PNA	-0,9176	0,45956	-2,08125	-5,44459
3.99.01.03	PNB	-0,9176	0,45956	-2,08125	-5,44459
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,9176	0,45956	-2,08125	-5,44459
3.99.02.02	PNA	-0,9176	0,45956	-2,08125	-5,44459
3.99.02.03	PNB	-0,9176	0,45956	-2,08125	-5,44459

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	-7.840	3.927	-17.782	-46.518
4.02	Outros Resultados Abrangentes	231	462	231	470
4.02.01	Realização da Reserva de Reavaliação	304	607	304	619
4.02.02	Tributos sobre Realização da Reserva de Reavaliação	-73	-145	-73	-149
4.03	Resultado Abrangente do Período	-7.609	4.389	-17.551	-46.048

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	3.638	-47.121
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	23.772	-33.007
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) do exercício	3.927	-46.518
6.01.01.02	Depreciação	3.031	3.122
6.01.01.03	Amortização	179	210
6.01.01.04	Baixa do Ativo imobilizado e intangível	3	0
6.01.01.05	Provisão para devedores duvidosos	200	87
6.01.01.06	Provisão para contingências	11.456	9.635
6.01.01.07	Provisão para décimo terceiro salário	918	1.336
6.01.01.08	Provisão de férias e encargos	-1.550	-388
6.01.01.09	Receita diferida realizada	-854	-628
6.01.01.10	Tributos diferidos	-146	-148
6.01.01.12	Realização de subvenção em imobilizado	-420	-422
6.01.01.13	Juros e variações monetárias	7.028	707
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-20.134	-14.114
6.01.02.01	Redução (aumento) das contas a receber	20.755	-10.043
6.01.02.02	Redução (aumento) dos estoques	0	-90
6.01.02.03	Redução (aumento) dos impostos a recuperar	-2.455	-3.930
6.01.02.04	Redução (aumento) de outros ativos circulantes e não circulantes	-10.388	-1.228
6.01.02.05	Aumento (redução) de fornecedores	-345	394
6.01.02.06	Aumento (redução) de obrigações trabalhistas e sociais	-24.778	77
6.01.02.07	Aumento (redução) de obrigações tributárias	-3.783	20.854
6.01.02.08	Aumento (redução) de outros passivos circulantes e não circulantes	-26	-17
6.01.02.09	Despesas antecipadas	-3.214	-7.146
6.01.02.10	Depósitos judiciais	2.532	-3.849
6.01.02.11	Adiantamentos de clientes	-870	19.516
6.01.02.12	Recursos federais PAC	0	-12.027
6.01.02.13	Recursos municipais Eventos	2.438	-16.625
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-4.263	-275
6.02.01	Imobilizado	212.949	-275
6.02.02	Propriedades para Investimentos	-212.949	0
6.02.03	Imóveis arrendados	-4.263	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	4.263	0
6.03.04	Arrendamento financeiro	4.263	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	3.638	-47.396
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	22.900	50.888
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	26.538	3.492

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	246.149	0	0	-432.308	115.448	-70.711
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.149	0	0	-432.308	115.448	-70.711
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.927	0	3.927
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.927	0	3.927
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	607	-462	145
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	607	-607	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	0	145	145
5.07	Saldos Finais	246.149	0	0	-427.774	114.986	-66.639

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	246.150	0	0	-358.916	116.379	3.613
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.150	0	0	-358.916	116.379	3.613
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-46.518	0	-46.518
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-46.518	0	-46.518
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	619	-470	149
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	619	-619	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	0	149	149
5.07	Saldos Finais	246.150	0	0	-404.815	115.909	-42.756

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
7.01	Receitas	116.095	69.134
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	86.068	32.062
7.01.02	Outras Receitas	30.227	37.159
7.01.02.01	Outras Receitas	-228	710
7.01.02.02	Receitas Canceladas	-734	-927
7.01.02.03	Subvenções governamentais	31.189	37.376
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-200	-87
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-68.336	-65.814
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-68.336	-65.814
7.03	Valor Adicionado Bruto	47.759	3.320
7.04	Retenções	-3.210	-3.332
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.210	-3.332
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	44.549	-12
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	5.152	872
7.06.02	Receitas Financeiras	5.152	872
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	49.701	860
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	49.701	860
7.08.01	Pessoal	24.698	28.192
7.08.01.01	Remuneração Direta	15.809	11.891
7.08.01.02	Benefícios	4.004	5.649
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.358	1.164
7.08.01.04	Outros	2.527	9.488
7.08.01.04.01	Provisões (Reversões) Conting. Trabalhistas	6.501	6.242
7.08.01.04.02	Férias	1.177	1.299
7.08.01.04.03	13º Salário	1.133	1.381
7.08.01.04.04	Verbas Rescisórias	-6.284	566
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	20.726	19.122
7.08.02.01	Federais	12.570	8.285
7.08.02.03	Municipais	8.156	10.837
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	350	64
7.08.03.02	Aluguéis	350	64
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.927	-46.518
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	3.927	-46.518

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da São Paulo Turismo S.A. ("Companhia" e/ou "Spturis"), em observância aos preceitos legais, submete à apreciação de Vs. Sas. os fatos e eventos relevantes divulgados nas Informações Contábeis Intermediárias do período de 06 (seis) meses encerrado em 30 de junho de 2022, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR).

Empresa Estatal dependente

A Companhia está incluída nas leis orçamentárias anuais da Prefeitura do Município de São Paulo. Assim, a Companhia, para a execução orçamentária e financeira para o exercício de 2022 deverá se enquadrar nos limites de gastos estipulados na Lei Orçamentária Anual nº 17.728/21.

Governança Corporativa

A Companhia informa aos investidores as práticas que adota em relação aos padrões de governança corporativa em modelo de divulgação determinado pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e no "Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhia Aberta", em atendimento à Instrução CVM nº 586/17.

Desempenho Financeiro

A receita líquida com a prestação de serviços públicos concentra-se no planejamento, organização e Administração de eventos para a Prefeitura do Município de São Paulo.

O quadro abaixo mostra o faturamento por competência dos serviços prestados e locações até 30 de junho de 2022 comparado a 2021, em R\$ mil.

	jun-22	jun-21	Variação
(+) EVENTOS / PMSP	78.995	30.924	155%
(+) ANHEMBI:	7.073	1.139	521%
PAVILHAO	231	55	320%
PALACIO / ELIS REGINA	6	30	-81%
SAMBODROMO	323	189	71%
ESTACIONAMENTOS / TELECOM	27	29	-8%
OUTRAS LOCACOES	590	836	-29%
CONCESSAO PARQUE ANHEMBI	5.896	-	
(=) RECEITA OPERACIONAL BRUTA *	86.068	32.063	168%
(+) SUBVENÇÕES	31.189	37.376	-17%
(=) RECEITA TOTAL	117.257	69.438	69%
* Público	92%	96%	
* Privado	8%	4%	

Variações relevantes:

a) O aumento de 168% na Receita Operacional Bruta decorreu da retomada dos Eventos na cidade de São Paulo e receitas diferidas referente a Outorga Fixa e Variável da concessão do Complexo Anhembi;

b) As Subvenções foram aprovadas na LOA 22 (LEI Nº 17.728, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2021) e suplementado em razão da parcial necessidade de recursos do Tesouro para o custeio de suas despesas, tornando mais transparente à sociedade o quanto é despendido pela municipalidade na manutenção dos serviços públicos prestados.

O quadro a seguir mostra o fluxo de caixa até junho, comparativo de 2022 e 2021 (em R\$ Mil).

Descrição	Anual / Acumulado		
	jun/22	jun/21	Variação
1. TOTAL ENTRADAS	141.756	60.794	133%
1.1 Anhembi (a)	30.824	21.599	43%
1.2 Eventos / PMSP (b)	79.743	1.819	4285%
1.3 Subvenções (c)	31.189	37.376	-17%
2. TOTAL SAÍDAS	138.117	108.160	28%
2.1 Pessoal (d)	42.922	23.310	93%
2.2 Serviços Públicos	1.125	2.307	-51%
2.3 Tributos/ Parcelamento	5.987	6.923	-14%
2.4 Fornecedores/ Outras	86.083	75.620	14%
RESULTADO	3.639	-47.366	108%

- a) O aumento de 43% foi decorrente das parcelas recebidas referentes à concessão do parque à GL Eventos;
- b) O aumento de 4285% nas entradas 1.2 Eventos / PMSP é devido a retomada dos Eventos na cidade de São Paulo;
- c) As Subvenções em 2022 se devem em especial a reestruturação administrativa da Spturis;
- d) O aumento de 93% em 2.1 Pessoal decorreu com a reestruturação administrativa da Spturis.

Relacionamento com os auditores

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de março de 2003 e ao Ofício Circular CVM/SEP/SNC nº 02/2003 de 20 de março de 2003, informamos que, durante o período compreendido entre 01 de janeiro e 30 de junho de 2022, os Auditores Independentes, Conatus Auditores Independentes S/S, prestaram à Companhia exclusivamente os serviços de auditoria para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Relações com os Investidores

A Companhia disponibiliza informações aos acionistas por meio de seu site corporativo <http://www.spturis.com/v7/investidores.php>, boletins eletrônicos e relatórios trimestrais, bem como por meio de seu departamento de Relações com Investidores (telefone: 11-2226-0670, e-mail: rodrigokluska@spturis.com).

Considerações finais

A Administração da Companhia continua atenta às condições atuais desfavoráveis por conta do coronavírus, e não deixará de empenhar todos os seus esforços para colaborar na superação desta crise, na busca da redução dos efeitos, dos riscos e incertezas.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo alinhamento, empenho e talento, e aos nossos clientes e acionistas, pela confiança que nos é atribuída.

São Paulo, 09 de agosto de 2022.

A Administração

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2022**

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A São Paulo Turismo S.A (“Companhia” ou “SPTURIS”), com sede na Rua Boa Vista, 280, 15º andar, Centro, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tem por objetivo a realização e/ou exploração direta ou indireta de exposições, feiras, eventos, carnaval, congressos, estacionamento e prestação de serviços para turismo e lazer.

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto com ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo que os códigos de cotação na bolsa são AHEB3 para ações ordinárias, AHEB5 para ações preferenciais Classe A e AHEB6 para ações preferenciais Classe B. A acionista majoritária é a Prefeitura do Município de São Paulo.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão em 09 de agosto de 2022 as presentes informações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 30 de junho de 2022.

As presentes informações contábeis intermediárias foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de agosto de 2022.

1.1. Empresa Estatal dependente

A Companhia vem sendo incluída nas leis orçamentárias anuais da Prefeitura do Município de São Paulo. Assim, a Companhia, para a execução orçamentária e financeira para o exercício de 2022 deverá se enquadrar nos limites de gastos estipulados na Lei Orçamentária Anual nº 17.728/2021 (LOA).

1.2. Reorganização da administração pública municipal**1.2.1. Concessão Complexo Anhembi**

Em 30/07/2020 foi publicada a Lei Municipal nº 17.433, que dispõe sobre a reorganização da administração pública municipal indireta, a criação e extinção de entidades.

Esta lei também dispõe sobre a autorização para a dissolução, liquidação e extinção da São Paulo Turismo S/A, sem prejuízo da autorização para a alienação da participação societária prevista na Lei nº 16.766, de 20 de dezembro de 2017, transferindo à Prefeitura do Município de São Paulo a totalidade dos ativos, tangíveis e intangíveis, e dos passivos.

A São Paulo Turismo S/A publicou em 14/01/2021 no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, a homologação do procedimento licitatório promovido pela “Concorrência nº 001/20” e adjudicado o objeto à empresa GL Events Brasil Participações Ltda., de acordo

Notas Explicativas

com a proposta vencedora, que tem, a título de Outorga fixa, o valor de pagamento de R\$ 53.740 mil, tendo sido autorizada a contratação para uso do “Complexo Anhembi” para reforma, gestão, manutenção, operação e exploração pelo prazo de 30 anos.

Em 27 de maio de 2021 a Companhia publicou Fato Relevante referente à Concorrência Internacional nº 001/20 em que o Poder Concedente (São Paulo Turismo S.A), a Concessionária (SPE GL Events Centro de Convenções Anhembi S.A.) e Interveniente-Anuente (Município de São Paulo), assinaram o contrato CCN/GCO nº 014/2021.

A assinatura da “ORDEM DE INÍCIO” ocorreu em 11 de novembro de 2021, com previsão de início da execução para o dia 11 de dezembro de 2021.

A partir do dia 05 de janeiro de 2022 o controle do equipamento passou a ser exercido pela empresa vencedora da concorrência, e passaram a ser reconhecidos os efeitos contábeis relevantes decorrentes da Concessão.

Em 22 de fevereiro de 2022 a Companhia desocupou os espaços objeto da Concessão do Complexo Anhembi, pelo que a Companhia estima alcançar uma redução em seu custeio operacional em torno de 40%.

Os bens vinculados a Concessão são reversíveis para a **SPTURIS** ao final do contrato sem direito a indenização.

Os autos processo licitatório da Concessão constam do processo SEI Nº 7210.2020/0000956-3.

1.2.2. Enxugamento do Quadro de Pessoal

A força de trabalho da Companhia reduziu como parte das ações decorrentes da concessão e reestruturação administrativa. O quadro de funcionários comparativo em 30/06/2022 e 30/06/2021 estava constituído conforme abaixo:

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Com vínculo	154	264
Carreira	107	217
Livre provimento	47	47

1.2.3. Cancelamento de registro de companhia aberta

Em 26 de julho de 2021 foi publicado Fato Relevante informando ao mercado e aos seus acionistas acerca do recebimento do Ofício GABSF nº 240/2021, que comunicou a existência de estudos do acionista controlador para possível realização de Oferta Pública de Aquisição de Ações (“OPA”), visando o cancelamento de registro de companhia aberta. Neste momento, a decisão de realização da referida OPA ainda não está tomada no âmbito da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), sendo prevista a contratação futura de assessores financeiros pela PMSP, em linha com o exigido pela Resolução

Notas Explicativas

CVM 85, de 31/03/2022, que entrou em vigor em 2 de maio de 2022, para fins de auxílio na tomada de decisão final e eventual implementação da OPA, se for o caso.

1.3. Continuidade operacional

As informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2022 apresentaram passivo a descoberto de R\$ 66.639 (R\$70.711 em 31 de dezembro de 2021). Tendo em vista a retomada dos eventos, e a realização da receita diferida referente à Outorga Fixa e Variável da concessão do Complexo Anhembi, o lucro do primeiro semestre foi de R\$ 3.927 (R\$46.518 de prejuízo no primeiro semestre de 2021). Estes fatos contribuíram para um aumento de recursos financeiros que, em 30 de junho de 2022, o capital circulante líquido se apresentou positivo em R\$ 10.684 (negativo em R\$4.402, em 31 de dezembro de 2021).

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas no pressuposto à continuidade normal das suas atividades, não contemplando nenhum ajuste nos ativos e passivos que seriam aplicáveis caso a Companhia estivesse em situação de paralisação.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas de acordo o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias, bem como as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos mensurados a valor justo.

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Até o período findo em 30 de junho de

Notas Explicativas

2022 as mudanças nas premissas e estimativas contábeis em relação às divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, estão sendo ajustadas levando em consideração o cenário econômico e os riscos e incertezas, seguindo as orientações do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/22 emitido pela CVM.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente nessas informações contábeis intermediárias e seguiram os princípios, métodos de cálculos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social, findo em 31 de dezembro de 2021.

a) Moeda funcional – As informações contábeis intermediárias são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis intermediárias apresentadas em Real, foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados;

b) Apuração do resultado – O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e considera:

- A receita referente à Outorga do Complexo do Anhembi é reconhecida de forma linear durante a vigência do contrato, e os valores contingentes são reconhecidos conforme se tornem exigíveis;
- Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos;
- Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor justo ou de realização, quando aplicável;
- A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização;
- Quando aplicável, os valores relativos aos saldos mantidos junto a clientes, fornecedores e aplicações financeiras, são ajustados a valor presente conforme determinado pelo CPC nº 12 (“Ajuste Valor Presente”);

c) Estimativas contábeis – A elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, propriedade para investimentos, receita diferida, perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, instrumentos financeiros, imposto de renda diferido e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo

Notas Explicativas

menos trimestralmente;

d) Instrumentos financeiros – Os valores contábeis de ativos e passivos financeiros, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Assim como neste período, findo em 30 de junho de 2022, bem como durante o exercício de 2021 não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos;

e) Caixa e equivalentes de caixa – Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida;

f) Contas a receber de clientes – As contas a receber são registradas e mantidas nas informações contábeis intermediárias pelo valor nominal dos títulos. A Companhia efetuou análise específica quanto a efeitos em ajuste a valor presente, não identificando efeito significativo ou material. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foram constituídas com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes;

g) Propriedade para investimento – Inclui os ativos cujo direito de uso foi cedido por 30 anos do âmbito do Contrato de Concessão Onerosa de Uso do Complexo Anhembi. A companhia adota o método do custo. Os terrenos foram reavaliados (reavaliação data base 10/2006), edifícios e benfeitorias, túnel de serviços e estacionamentos pelo custo de aquisição para as demais contas. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, determinada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terrenos, os quais não são depreciados. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos da Companhia são demonstradas na nota explicativa nº 9;

h) Teste de redução ao valor recuperável de ativos – “*impairment*”: O saldo de imobilizado e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos;

Quando houver perda identificada, ela é reconhecida no resultado do período pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

Notas Explicativas

spturis
eventos turismo



i) Intangível – A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos de terceiros. Os gastos com registros de marcas próprias são reconhecidos diretamente em despesas. Os direitos de uso de software estão totalmente amortizados em 30/06/2022.

Os ativos arrendados são contabilizados pelo reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento, exceto por:

- Arrendamento de ativos de baixo valor e
- Arrendamento com duração igual ou inferior a 12 meses.

São inicialmente mensurados pelo valor do passivo de arrendamento, reduzidos de quaisquer incentivos recebidos, acrescidos por:

- Pagamentos de arrendamento feitos até a data do início do contrato; e
- Custos diretos incorridos iniciais.

Os ativos arrendados são amortizados pelo método linear pelo prazo remanescente do arrendamento ou pela vida econômica remanescente do ativo se, raramente, for considerado inferior ao prazo do arrendamento.

j) Adiantamentos de Clientes – A Companhia recebeu antecipadamente parte do valor contratado pela locação de suas instalações. O saldo desta conta contempla o montante já recebido de locações para eventos que serão realizados em períodos futuros e que farão parte de encontro de contas contra a parcela variável a ser recebida da GL. Os contratos incluem cláusulas de rescisão, hipótese que prevê a não devolução desses adiantamentos;

k) Demais contas do ativo circulante e ativo não circulante – São demonstradas por valores conhecidos e calculáveis, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial;

l) Passivo circulante e passivo não circulante – São demonstrados por valores conhecidos e calculáveis, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial;

m) Arrendamentos – Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos contratuais devidos ao longo do prazo do arrendamento, com a taxa de desconto implícita do contrato.

Após a mensuração inicial, os passivos do arrendamento aumentam como resultado dos juros cobrados a uma taxa constante sobre o saldo em aberto e são reduzidos pelos pagamentos do arrendamento efetuados.

Notas Explicativas



n) Provisão para Contingências – Corresponde à provisão para eventuais perdas prováveis nas questões em demanda judicial, cujos valores relativos aos respectivos processos encontram-se atualizados até a data do balanço. A contrapartida destes valores está registrada no resultado do período. Em conformidade ao Pronunciamento Contábil CPC nº 25, deliberação CVM nº 594/09 e aprovado pela Resolução do CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25) (R2);

o) Reserva de reavaliação – Conforme facultado pela lei nº 11.638/07, a Companhia decidiu pela manutenção do saldo da reavaliação de ativos existente em 31 de dezembro de 2007;

p) Reconhecimento da receita – A receita é reconhecida na demonstração do resultado quando resulta em um aumento, que possa ser determinado em bases confiáveis, nos benefícios econômicos futuros provenientes do aumento de um ativo ou da diminuição de um passivo (CPC 47, NBC TG 47). A receita de prestação de serviços é reconhecida proporcionalmente aos serviços realizados e aos custos incorridos até o período de referência do balanço, desde que haja uma mensuração confiável;

q) Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas – Até 30 de junho de 2022, novas normas emitidas pelo IASB entraram em vigor, assim como outras normas emitidas entrarão em vigor nos exercícios subsequentes. A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e não espera efeitos significativos sobre os valores que foram ou serão reportados.

4. PRONUNCIAMENTOS NOVOS OU REVISADOS

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 não produziram impactos relevantes nas informações contábeis intermediárias. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2022	31/12/2021
Bens numerário	-	30
Bancos conta movimento	2.896	1.951
Aplicações financeiras	23.642	20.919
	26.538	22.900

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em

R. Boa Vista, 280
+55 11 2226-0400
www.spturis.com

 @spturisoicial
 /spturis

 spturis
 turismosaopaulo

Notas Explicativas



instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com remuneração média de 98%, contratadas em condições e taxas normais de mercado, resgatáveis a qualquer momento, sem risco de mudança de valor. As aplicações são classificadas como equivalentes de caixa, conforme a descrição do CPC 3 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Referem-se a valores a receber de clientes e estão reduzidos, mediante provisão para crédito de liquidação duvidosa, aos seus valores prováveis de realização. São compostas por:

	30/06/2022	31/12/2021
Clientes no País (a)	12.152	39.400
Partes relacionadas (Prefeitura do Município de São Paulo)	16.432	13.431
Serviços / Locações a faturar (PMSP)	9.371	5.880
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(4.644)	(4.445)
	33.311	54.266

(a) R\$8.957 se referem a valores a receber da concessionária, decorrentes do contrato de concessão do Complexo Anhembi, à título de outorga fixa.

A idade do contas a receber de clientes está demonstrada como segue:

	30/06/2022	31/12/2021
A vencer:	23.165	42.506
Vencidos até 30 dias:	3.011	2.818
Vencidos de 31 dias até 60 dias:	-	460
Vencidos de 61 dias até 90 dias:	814	2.671
Vencidos de 91 dias até 180 dias:	5.897	5.717
Vencidos há mais de 180 dias:	5.068	4.539
Total:	37.955	58.711

Movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

	30/06/2022	31/12/2021
Saldo no início do período	4.445	3.626
Aumento da provisão	208	4.975
Reversão de provisão	(9)	(4.156)
Saldos no final do período	4.644	4.445

A provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) é constituída com base na análise individual do saldo de cada cliente, com base na posição analítica de cada título na data do balanço e em conjunto com os responsáveis pelos setores de vendas e crédito e cobrança.

Notas Explicativas



A Administração da Companhia considera que a provisão para crédito de liquidação duvidosa foram constituídas em montantes suficientes para eventuais perdas.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	30/06/2022	31/12/2021
IRPJ a compensar (a)	9.089	8.200
CSLL a compensar	1.570	1.285
INSS a compensar (b)	7.506	6.257
COFINS a compensar	408	382
PIS a compensar	89	83
	18.662	16.207

(a) IRPJ a Compensar é constituído pela retenção de IRRF sob as notas fiscais e ao saldo negativo apurado no exercício de 2021 e segundo trimestre de 2022.

(b) O INSS a Compensar diz respeito ao INSS retido nas notas fiscais sob serviços prestados.

8. OUTROS VALORES A RECEBER

	30/06/2022	31/12/2021
Outorga variável Concessão (a)	5.000	-
Adiantamentos de férias, 13º e outros adiantamentos a empregados	850	186
Adiantamentos a fornecedores (b)	4.724	-
	10.574	186

(a) A outorga variável, 12,5% da receita da concessionária, deve ser aferida a partir das demonstrações financeiras auditadas da Concessionária, com valor mínimo de R\$ 10.000 anuais. O valor de R\$ 5.000 corresponde a apropriação do semestre.

(b) Valores referentes a adiantamentos as escolas de samba para o evento Carnaval 2022.

9. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

A movimentação de investimentos está demonstrada a seguir:

Propriedades para Investimentos	Líquido 31/12/2021	Transferências do imobilizado - Concessão	Depreciação	Líquido 30/06/2022
Terrenos	-	121.122	-	121.122
Edifícios e benfeitorias	-	81.333	(2.247)	79.086
Túnel de serviços	-	1.577	(89)	1.488
Estacionamento	-	5.446	(209)	5.237
Ruas, praças e jardins	-	1.138	(62)	1.076
Instalações	--	2.333	(345)	1.988

Notas Explicativas



**Total de Investimentos –
Propriedades para
investimentos**

- 212.949 (2.952) 209.997

Com o início do contrato de concessão do Complexo Anhembi, a natureza da infraestrutura se modificou de uso próprio, para cessão de controle por meio do direito de uso da concessionária, saindo do escopo do CPC 27 – Ativo imobilizado para o CPC 28 – Propriedade para investimento, uma vez que o ativo não é mais mantido para o uso próprio, passando a gerar fluxos de caixa independentes dos demais ativos da Companhia.

10. IMOBILIZADO

Imobilizado	Taxas anuais depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Perdas por desvalorizaçã o	Líquido 30/06/2022	Líquido 31/12/2021
Terrenos	-	-	-	-	-	121.122
Edifícios e benfeitorias	-	-	-	-	-	81.333
Túnel de serviços	-	-	-	-	-	1.577
Estacionamento	-	-	-	-	-	5.446
Ruas, praças e jardins	-	-	-	-	-	1.138
Instalações	-	-	-	-	-	2.332
Máquinas e equipamentos	20% e 10%	6.985	(6.447)	(39)	499	568
Veículos	20%	1.215	(1.215)	-	-	-
Móveis e utensílios	10%	4.347	(4.276)	(16)	55	68
Outros ativos fixos	20% e 10%	401	(377)	(1)	23	24
Total imobilizado		12.948	(12.315)	(56)	577	213.608

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

Imobilizado	Líquido 31/12/2021	Baixas	Depreciação	Transferência para Investimentos - Concessão	Líquido 30/06/2022
Terrenos	121.122	-	-	(121.122)	-
Edifícios e Benfeitorias	81.333	-	-	(81.333)	-
Túnel de Serviços	1.577	-	-	(1.577)	-
Estacionamento	5.446	-	-	(5.446)	-
Ruas Praças e Jardins	1.138	-	-	(1.138)	-
Instalações	2.333	-	-	(2.333)	-
Máquinas e equipamentos	567	(3)	(65)	-	499
Moveis e Utensílios	68	-	(13)	-	55
Outros ativos fixos	24	-	(1)	-	23
Total Imobilizado	213.608	(3)	(79)	(212.949)	577

O ativo imobilizado tem seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente caso haja indicadores de perda de valor. Em 31 de dezembro de 2021, não houve perda relacionada à redução ao valor recuperável para instalações, máquinas, equipamentos, móveis e utensílios. Com base em laudo preparado por especialista independente em 2020 e atualizado internamente em 2021, os referidos itens selecionados foram considerados no

Notas Explicativas



estado atual e cotados junto a fornecedores, levando em consideração a política de investimento para definição do valor atual dos bens.

Conforme cláusula 5.1. do Contrato de Concessão do Complexo Anhembi GCO/CCN 014/2021, seu objeto é a concessão onerosa do uso do Complexo Anhembi para reforma, gestão, manutenção, operação e exploração. Na cláusula 1.1., letra i), na definição de “Complexo Anhembi”, temos que é a área concedida são as quadras 283 e 284 do Setor 073 do Município de São Paulo e nº 194.403 do 8º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo, compreendendo os bens, equipamentos e toda infraestrutura, especificada no Anexo III do Edital – Memorial Descritivo, que inclui o Palácio das Convenções, o Pavilhão de Exposições e Sambódromo. As rubricas contábeis que compreendem estas áreas foram transferidas para propriedades para investimentos.

11. INTANGÍVEL

Intangível	Taxas anuais amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido 30/06/2022	Líquido 31/12/2021
Programas e sistemas	20%	2.265	(2.265)	-	104
Arrendamento do imóvel da sede	20%	4.263	(75)	4.188	-
Total intangível		6.528	(2.340)	4.188	104

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

Intangível	Líquido 31/12/2021	Adições	Amortização	Líquido 30/06/2022
Programas e Sistemas	104	-	(104)	-
Arrendamentos	-	4.263	(75)	4.188
Total Intangível	104	4.263	(104)	4.188

12. FORNECEDORES

	30/06/2022	31/12/2021
A vencer	18.962	17.703
Vencidos:		
Vencidos até 30 dias:	(a) 240	1.345
Vencidos de 31 dias até 60 dias	(a) 17	744
Vencidos de 61 dias até 90 dias	(a) 13	-
Vencidos de 91 dias até 180 dias	(a) 313	-
Vencidos há mais de 180 dias	(b) 3.412	3.510
Total	22.957	23.302

(a) Os valores vencidos até 30 dias são, em sua maior parte, decorrentes de procedimentos administrativos em observância da Lei das Licitações, pela qual o pagamento ao fornecedor depende, dentre outros

Notas Explicativas



requisitos, de sua regular situação perante o Fisco. Outros fornecedores em atraso decorrem de questões referentes a prestação dos serviços e são direcionados a processos administrativos ou à via judicial. Estes casos, em que a Companhia entende que os atrasos estão justificados, também não lhes reconhece quaisquer juros passivos.

(b) Os valores vencidos há mais de 180 dias decorrem de pendências geradas na execução dos contratos que estão sendo discutidas judicialmente.

13. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	30/06/2022	31/12/2021
Rescisões	51	12.644
INSS empresa	1.700	4.087
INSS retido	124	471
Férias e encargos	3.110	4.660
13º salário	917	-
IRRF	281	1.003
FGTS	160	875
Consignações	27	62
Dissídio e encargos salariais	1.043	9.021
	7.413	32.823

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	30/06/2022	31/12/2021
Circulante		
Prefeitura de São Paulo (IPTU/2021)	15.830	14.081
Parcelamento IPTU/ISS (a)	11.432	11.378
IRPJ e CSLL	1.048	-
Impostos retidos	567	692
	28.877	26.151
Não circulante		
IPTU / ISS e respectivos parcelamentos (a)	113.072	112.519
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação	4.775	4.921
	117.847	117.440
Total circulante e não circulante	146.724	143.591

(a) Em 23/06/2006, a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, pelo qual as obrigações tributárias municipais foram parceladas em até 347 meses à taxa de juros SELIC. Essas obrigações se dividem em dois tributos (IPTU e ISS), com data focal distinta, sendo o IPTU desde 1991 e o ISS desde 1997. Saldo de R\$ 66.085 referente a 155 parcelas em 30/06/2022.

O benefício obtido foi a redução de 50% da multa e 100% dos juros de mora.

Notas Explicativas




Em 01/10/2021 a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, instituído pela Lei Municipal 17.557/21, pelo qual as obrigações tributárias municipais foram parceladas em até 120 meses à taxa de juros SELIC. Essas obrigações decorrem de autuações adicionais de IPTU de 2014 a 2020. Saldo de R\$ 58.419 em 30/06/2022, referente a 111 parcelas.

O benefício obtido foi a redução de 50% da multa e 60% dos juros de mora.

Os benefícios de redução de encargos, foram registrados como Receita Diferida, em razão da possível exclusão do PPI e do restabelecimento dos valores das multas e juros, caso haja inadimplência

Os parcelamentos do PPI classificados no passivo não circulante em 30 de junho de 2022 têm o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano de vencimento	R\$ mil
2023	11.432
2024	11.432
2025	11.432
2026	11.432
2027	11.432
2028	55.912
Total	113.072

15. ARRENDAMENTOS

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos, o imóvel alugado da sede caracteriza-se como um arrendamento mercantil financeiro, tendo em vista o fato de ser um direito de uso contratado por um prazo de 60 meses e ter valor relevante.

O valor referente ao reconhecimento inicial do direito de uso do ativo arrendado e da obrigação assumida é demonstrado a seguir:

Reconhecimento inicial do direito de uso	30/06/2022
5 anos de aluguel	5.957
Ajuste a valor presente	(1.694)
Valor do direito de uso	4.263
Amortização	(75)
Saldo em 30/06/2022	4.188
Obrigação assumida	30/06/2022
Valor do direito de uso	4.263
Amortização	(53)
	4.210

Notas Explicativas



16. EVENTOS A REALIZAR

	30/06/2022	31/12/2021
Carnaval 2022	2.470	32
	2.470	32

Referem-se a verbas recebidas da Prefeitura do Município de São Paulo para pagamentos referentes às Entidades do samba do Carnaval 2022.

17. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	30/06/2022	31/12/2021
Circulante		
Pavilhão de Exposições (a)	5.780	5.780
Palácio das Convenções (a)	4.740	4.740
Auditório Elis Regina (a)	386	386
Polo Cultural (a)	1.638	1.638
Concessão Anhembi diferida (b)	1.791	1.791
Adiantamentos de clientes	89	64
	14.424	14.399
Não circulante		
Concessão Anhembi diferida (b)	50.755	51.650
Total de adiantamentos de clientes	65.179	66.049

(a) Referem-se a valores recebidos de clientes como adiantamentos de eventos a serem realizados no Complexo Anhembi, que estão sendo analisados para sub-rogações à Concessionária.

(b) Referem-se aos valores fixos do preço da Concessão, recebidos e a receber em 12 parcelas mensais, diferidos pelos 30 anos do prazo da concessão (outorga fixa).

18. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária, que surgem no curso normal de seus negócios e registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis. As provisões foram constituídas em conformidade com o Pronunciamento nº 25, deliberação CVM nº 594/09, aprovado pela Resolução CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25).

(a) Provisões constituídas:

	30/06/2022	31/12/2021
Cíveis	63.955	59.000
Trabalhistas	7.756	7.855
Provisão para dissídios e encargos	23.604	17.004

Notas Explicativas



Total

95.315

83.859

Cíveis – A ação mais relevante, no montante provisionado de R\$ 57.815 (R\$ 53.293 em 31 dezembro de 2021), trata-se de ação de cobrança movida contra a SPTURIS, por via da qual são cobrados os valores dos contratos de prestação de serviços de transporte (a SPTRANS transportava os integrantes das escolas de samba das suas sedes até o local do desfile) dos Carnavais de 1984, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1993 e 1997.

O pedido foi julgado procedente em 1ª instância, sendo a decisão ratificada pelo TJ/SP.

No STJ, nosso Recurso Especial foi julgado prejudicado, pois a Ministra Relatora deu provimento ao recurso da Municipalidade de SP para permitir seu ingresso no feito e determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem, a fim de serem reanalisados os honorários sucumbenciais. Concomitantemente, a SPTRANS ingressou com incidente de cumprimento provisório de sentença com relação ao crédito principal. O incidente se encontra, no momento, suspenso por convenção das partes.

Desde setembro de 2019, a Diretoria Executiva da SPTURIS tem diligenciado junto às Secretarias Municipais pertinentes e à SPTRANS no sentido de que seja celebrada uma composição para quitação do saldo devedor.

Trabalhistas – A Companhia é parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. A Administração, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados.

Provisão para dissídio e encargos – Referem-se aos dissídios de Acordos Coletivos de Trabalho - ACT, para aumento nos salários, vales alimentação e refeição e piso salarial.

ACT	30/06/2022	31/12/2021
2016/2017	-	246
2017/2018	5.262	4.537
2018/2019	8.040	6.680
2019/2020	3.704	3.243
2020/2021	4.156	2.298
2021/2022	2.442	-
	23.604	17.004

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

	Cíveis	Trabalhistas	Dissídios
Saldos no final do período 31/12/2021	59.000	7.855	17.004
Atualização dissídio e encargos	-	-	4.158
Novos processos	492	203	2.442
Processos baixados	(2.012)	(279)	-

R. Boa Vista, 280
+55 11 2226-0400
www.spturis.com

@spturisoicial
 /spturis

spturis
 turismosaopaulo

Notas Explicativas

Alterações nos processos existentes	6.475	(23)	-
Saldos no final do período 30/06/2022	63.955	7.756	23.604

(b) Passivos contingentes não provisionados (perdas possíveis)

<u>Tipo de Ação</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ações Cíveis	11.015	2.012
Trabalhistas	4.505	2.073
	15.520	4.085

Estas ações de natureza cível e trabalhista até a presente data não foram objeto de decisão em grau de recurso, e implicam risco de perda possível no médio prazo, considerando as matérias discutidas e os precedentes das cortes superiores pertinentes.

No atinente às ações cíveis, a maior parte das ações está relacionada a quatro processos judiciais. Já no tocante às ações trabalhistas, o saldo contingenciado é objeto de diversos processos judiciais.

A Companhia tem como depósitos judiciais, em 30 de junho de 2022, o montante de R\$2.125 (R\$ 4.657 em 31 de dezembro de 2021).

A Administração da Companhia acredita que a resolução destes processos judiciais classificados nas probabilidades de perdas possíveis e prováveis não produzirão efeitos significativamente diferentes aos montantes provisionados.

19. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS (PAC)

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Circulante	840	840
Não circulante	10.929	11.349
Total de subvenções governamentais	11.769	12.189

Em 01/08/2013 foi acordado com o Ministério do Turismo o Termo de Compromisso nº 0412.721-37/2013, com base na Lei 11.578/2007 (Programa de Aceleração do Crescimento - PAC), pelo qual a Companhia executaria reformas e melhorias no complexo Anhembi mediante a transferência de recursos financeiros da União no valor até R\$ 60.000. O saldo contábil será realizado de forma cotejada com a realização do respectivo ativo imobilizado.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

R. Boa Vista, 280
+55 11 2226-0400
www.spturis.com

@spturisoicial
 /spturis

spturis
 turismosaopaulo

Notas Explicativas



	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais Classe A	Ações Preferenciais Classe B	Total	Capital social 30/06/2022
Ações da PMSP	8.237.283	-	27.765	8.265.048	238.116
Ações em tesouraria	379	478	259	1.116	32
Ações de minoritários	170.215	44.544	62.971	277.730	8.001
Saldos em 30/06/2022	8.407.877	45.022	90.995	8.543.894	246.149

A Companhia contava com cerca de 3.670 acionistas em 30/06/2022. Os códigos de cotação na bolsa são AHEB3 para ações ordinárias, AHEB5 para ações preferenciais classe A e AHEB6 para ações preferenciais classe B.

b) Reserva de reavaliação

Movimentação da reserva de reavaliação e tributos	Reserva	Tributos	Total
Saldo em 31/12/2021	120.369	(4.921)	115.448
Realização da reserva de reavaliação	(608)	-	(608)
Realização de tributos sobre a reserva de reavaliação	-	146	146
Saldo em 30/06/2022	119.761	(4.775)	114.986

21. RECEITA LÍQUIDA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As receitas brutas, antes da dedução dos impostos sobre os serviços, cancelamentos de cessões de áreas e descontos são demonstradas abaixo.

	01/04/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021
Receita bruta				
Eventos	43.361	78.995	10.035	30.924
Pavilhão	-	231	-	55
Palácio	-	6	30	30
Polo Cultural	323	323	11	189
Outras Locações	235	473	376	665
Estacionamento	-	25	11	19
Telecom	2	2	-	10
Concessão Parque Anhembi	2.948	5.896	-	-
Autódromo de Interlagos	64	117	98	171
Total da receita bruta	46.933	86.068	10.561	32.063
Deduções da Receita Bruta				
Impostos				
(-) ISS	-	(3)	(1)	(1)
(-) COFINS	(3.434)	(5.863)	(1.103)	(3.685)

Notas Explicativas



(-) PIS	(745)	(1.272)	(239)	(800)
Total de impostos	(4.179)	(7.138)	(1.343)	(4.486)
Outras deduções da receita	(319)	(734)	(440)	(927)
Total de deduções	(4.498)	(7.872)	(1.783)	(5.413)
Receita líquida	42.435	78.196	8.778	26.650
Subvenções (a)	16.500	31.189	30.217	37.376
Receita líquida, incluindo subvenções	58.935	109.385	38.995	64.026

(a) As subvenções, tendo em vista o seu caráter genérico para suprimento do caixa para as operações da Companhia, foram consideradas como receitas de prestação de serviços, embora não sejam passíveis de identificá-las diretamente a quaisquer serviços prestados.

22. CUSTOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

22.1 Custos das atividades operacionais

Os custos se constituíram da seguinte forma:

	01/04/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021
Custo dos Serviços Prestados	35.819	55.773	20.109	43.925
Equipamentos	9	20	149	214
IPTU	-	-	6.709	9.241
Utilidades e Serviços	-	827	841	2.044
Mão de Obra Direta	3.335	7.842	2.394	4.813
Depreciação	1.101	2.212	1.154	2.311
	40.255	66.674	31.356	62.548

22.2 Despesas administrativas

As despesas administrativas se constituíram da seguinte forma:

	01/04/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021
Remunerações, encargos (a), sociais e benefícios	7.464	22.125	10.078	20.366
Utilidades e serviços	113	171	164	303
Honorários	222	408	198	414
Manutenções e locações	1.032	1.594	389	1.376
Despesas gerais	1.543	5.778	2.951	5.928
Propaganda e publicidade	53	104	122	150
Tributos, taxas e contribuições	90	165	201	429

Notas Explicativas



Depreciações e amortizações	141	311	162	326
Provisões e reversões de (b) provisões	11.349	3.678	5.456	9.722
	22.007	34.334	19.721	39.014

Referem-se a gastos aplicados nas atividades operacionais da Companhia.

(a) O quadro de funcionários contava com 107 colaboradores de carreira em junho de 2022 (217 em junho de 2021), e 47 de livre provimento em junho de 2022, (47 em junho de 2021).

A força de trabalho da empresa reduziu significativamente como parte das ações decorrentes da concessão do Complexo Anhembi - Contrato CCN/GCO nº 014/21, buscando o equilíbrio das contas e melhora na eficiência na prestação de serviços.

(b) Em 30/06/2022, R\$ 6.600 referem-se à provisão para dissídio e R\$ 4.522 referem-se à provisão para a SPTRANS.

23. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	01/04/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021
Perdas com contas a receber				
Variações monetárias e juros passivos	(4.455)	(7.948)	(5.828)	(9.260)
Receitas de aplicações financeiras	615	837	69	148
Multas	(130)	(249)	(915)	(1.251)
Receita diferida realizada (a)	480	4.254	332	672
Outras despesas e receitas financeiras	(11)	(68)	(23)	(1)
	(3.501)	(3.174)	(6.365)	(9.692)

24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O CPC 22 – Informações por Segmento requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes de negócios da Companhia, que são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para alocar recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho.

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos aos principais tomadores de decisões estratégicas e operacionais. Os principais segmentos de negócios são divididos em:

- setor público, no qual são desenvolvidas as atividades de promoção e exploração do turismo e atividades afins, de acordo com as políticas formuladas pela Prefeitura do Município de São Paulo, e;

Notas Explicativas



- setor privado onde, até 2021, era explorada a cessão de áreas internas para realização de eventos de qualquer espécie.

Na tabela a seguir há informação financeira sumariada relativa aos segmentos da Companhia para os trimestres encerrados em 30/06/2022 e 30/06/2021.

Trimestre encerrado em 30/06/2022

	Público	Privado	Total
Receita líquida	38.470	3.965	42.435
Custos dos serviços prestados	(39.348)	(907)	(40.255)
Lucro bruto (antes das subvenções)	(878)	3.058	2.180
Subvenções municipais	16.500	-	16.500
Lucro bruto (após subvenções)	15.622	3.058	18.680
Despesas administrativas			(22.007)
Outras receitas (despesas) operacionais			36
Resultado financeiro			(3.501)
IRPJ e CSLL			(1.048)
Prejuízo líquido			(7.840)

Trimestre encerrado em 30/06/2021

	Público	Privado	Total
Receita líquida	9.048	(270)	8.778
Custos dos serviços prestados	(22.039)	(9.317)	(31.356)
Lucro bruto (antes das subvenções)	(12.991)	(9.587)	(22.578)
Subvenções municipais	30.217	-	30.217
Lucro bruto (após subvenções)	17.226	(9.587)	7.639
Despesas administrativas			(19.721)
Outras receitas operacionais			665
Resultado financeiro			(6.365)
Prejuízo líquido			(17.782)

25. LUCRO/ (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O cálculo do prejuízo diluído por ação foi baseado no lucro (prejuízo) líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	01/04/2022	01/01/2022	01/04/2021	01/01/2021
	a	a	a	a
	30/06/2022	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2021
Numerador				
Lucro (prejuízo) no período atribuível às ações ordinárias em circulação	(153)	126	(347)	(907)
Denominador (em milhares de ações) básico				

Notas Explicativas




Média ponderada do número de ações em circulação	166.554	166.554	166.554	166.554
Lucro (prejuízo) líquido por ação básico no período	(0,92)	0,75	(2,08)	(5,44)

26. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros, e as principais coberturas são:

Objeto do seguro	Modalidade	Importância assegurada	
		30/06/2022	31/12/2021
Prédios, máquinas, computadores, móveis e utensílios (dano máximo provável)	Riscos diversos	16.754	140.600
Veículos	Casco, Terceiros, Responsabilidade Civil	Valores de Mercado	Valores de Mercado

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a) Instrumentos financeiros por categoria

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 estão identificados a seguir:

	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos			
Bens numerário e conta movimento	2.896	-	2.896

R. Boa Vista, 280
+55 11 2226-0400
www.spturis.com

 @spturisoicial
 /spturis

 spturis
 turismosaopaulo

Notas Explicativas



Aplicações financeiras	-	23.642	23.642
Contas a receber e clientes	33.311	-	33.311
Impostos a recuperar	18.662	-	18.662
Outras contas a receber	10.574	-	10.574
	65.443	23.642	89.085
Passivos			
Fornecedores	22.957	-	22.957
Obrigações trabalhistas	7.413	-	7.413
Obrigações tributárias	146.724	-	146.724
Empresas municipais	1.028	-	1.028
	178.122	-	178.122

b) Derivativos

A Companhia não possui opções, swaps com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e "derivativos exóticos".

28. PARTES RELACIONADAS

O volume de transações com as partes relacionadas (Prefeitura e suas Secretarias e empresas da administração indireta), representou, em 30/06/2022, 92% da receita total do trimestre, comparados a 95% no mesmo período em 2021.

As transações efetuadas com a parte relacionada Prefeitura do Município de São Paulo, devido às características dos serviços, sem cobrança de ingressos, são feitas em condições exclusivas, e levam em consideração os custos, taxa de administração, na média de 15%, e impostos. Não houve ocorrência de interessados do setor privado para a contratação de serviços com características semelhantes aos que são prestados para a Prefeitura.

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativos		
Contas a receber (Prefeitura do Município de São Paulo)	16.432	13.431
	16.432	13.431
Passivos		
Curto prazo		
PMSP Eventos a realizar	2.470	32
PMSP Parcelamento ISS/IPTU	11.432	11.378
SPTRANS	363	354
	14.265	11.764
Longo prazo		
PMSP Parcelamento ISS/IPTU	113.072	112.519
SPTRANS	665	826
	113.737	113.345

Notas Explicativas



	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021
Receita de eventos	43.361	10.035
Deduções da receita	(4.891)	(987)
Receita líquida	38.470	9.048
Custos variáveis e fixos	(39.348)	(22.039)
Lucro bruto (antes das subvenções)	(878)	(12.991)
Subvenções municipais	16.500	30.217
Lucro bruto (após subvenções)	15.622	17.226

Receitas com prestações serviços por Contrato – Secretarias

Nº CONTRATO – SECRETARIA	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021
068/2019 – SMC – G – CARNAVAL DE RUA 2020	-	721
019/2020 – SMTUR CARN 2021 APOIO	265	
021/2020 – SMTUR EVENTOS DIVERSOS	-	3.903
003/2021 – SEME – SEL – EV. DIVERSOS	7.845	
007/2021 – SIURB (SKATE)	-	839
008/2021 - SGM EVENTOS DIVERSOS	628	
009/2021 - SMPED - EVENTOS DIVERSOS	(61)	
013/2021 – SEME – CAR ACEL CRISTO	-	50
014/2021 – SVMA	-	1.535
024/2021 - SMS - EVENTOS DIVERSOS	2.889	2.736
003/2021 - SMUL	1.715	251
048/2021 – SFMSP EVENTOS DIVERSOS	20	
001/2022 – SEME-SEL – CARNAVAL 22 – INFRA	8.676	
003/2022 – SEME-SEL-EVENTOS DIVERSOS 2022	13.382	
004/2022 – SMRI – VIRADA ODS - 2022	482	
012/2022 – SMC – G- - VIRADA CULTURAL 2022	7.520	
TOTAL	43.361	10.035

A Companhia atendeu às demandas da Prefeitura do Município de São Paulo para eventos direcionados às ações em apoio à saúde da população. Todos têm valores referenciados em tabelas próprias organizadas pelos poderes públicos.

29. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Os integrantes do Conselho de Administração recebem uma remuneração mensal fixada na Assembleia Geral, assim como os integrantes do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho Fiscal. Os diretores estatutários recebem um salário mensal estabelecido em Assembleia Geral e não recebem outros benefícios.

A remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia no segundo trimestre de 2022 foi de R\$ 764, e no mesmo período do ano de 2021 foi de R\$ 611. Como pessoal-chave entende-se os membros da Diretoria Executiva, os membros dos Conselhos de Administração, do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho Fiscal.

Notas Explicativas**spturis**
eventos turismo**30. EVENTOS SUBSEQUENTES**

A Companhia analisou os eventos subsequentes até 09 de agosto de 2022, que é a data de entrega, por sua Diretoria, da Carta de Representação da Administração relativa às presentes demonstrações financeiras.

Não temos conhecimento de outros eventos ocorridos no período compreendido entre 01 de julho de 2022 e 09 de agosto de 2022, além dos que já estão reportados nestas demonstrações financeiras, segundo nosso melhor entendimento.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a Revisão de Informações Contábeis Intermediárias

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
São Paulo Turismo S.A.
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da São Paulo Turismo S.A. (“Companhia”) contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2022, que compreendem ao balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico NBC TG 21 (R4) - Demonstração intermediária e com a Norma Internacional de Contabilidade IAS 34 “Interim Financial Reporting”, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 “Revisão de informações intermediárias executadas pelo auditor da entidade” e ISRE 2410 “Review of financial information performed by the independent auditor of the entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter uma segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria, portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o NBC TG 21(R4) e IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Incerteza quanto à continuidade operacional dos negócios

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.3, em 30 de junho de 2022 a Companhia incorreu em passivo a descoberto de R\$66.639. Essas condições indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Aliando a isso, a Companhia, desde janeiro de 2020 vem sendo incluída nas leis orçamentárias anuais da Prefeitura do Município de São Paulo e desta forma deverá se enquadrar nos limites de gastos estipulados na Lei Orçamentária Anual nº 17.728/2021 (LOA). Cabe ainda mencionar que esses eventos, com a aprovação e publicação da Lei Municipal nº 17.433, de 29 de julho de 2020, que dispõe sobre a autorização para a dissolução, liquidação e extinção da São Paulo Turismo S/A (não tendo caráter auto executório, tampouco obrigatório). Até 30 de junho de 2022, não há qualquer evidência, por parte da acionista controladora da São Paulo Turismo S.A., a Prefeitura Municipal de São Paulo, de autorização para início de eventual procedimento para dissolução, liquidação e extinção desta Companhia. No que se refere ao desempenho operacional da Companhia, chamamos a atenção às notas explicativas nº 6 e 28, que demonstram que as transações com partes relacionadas representam parte significativa das operações de serviços da São Paulo Turismo S.A. Em 30 de junho de 2022, a acionista foi responsável por 92% da receita total auferida pela Companhia e mantém recebíveis no montante líquido de R\$16.432 mil. Em 30 de junho de 2022, os ativos e passivos da Companhia foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios, que por sua vez, depende da capacidade da Companhia em continuar cumprindo seus compromissos, bem como na obtenção dos recursos financeiros necessários, seja esses dos seus acionistas ou de terceiros. Nossa conclusão não está modificada em virtude desse assunto.

Concessão Onerosa

Conforme divulgado pela Companhia em Nota Explicativa nº 1.2 às demonstrações contábeis, a São Paulo Turismo S/A publicou em 14/01/2021 no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, a homologação do procedimento licitatório promovido pela “Concorrência nº 001/20” e adjudicado o objeto da licitação à empresa GL Events Brasil Participações Ltda., de acordo com a proposta vencedora, que tem, a título de Outorga fixa, o valor de pagamento de R\$ 53.740 mil, tendo sido autorizada a contratação para uso do “Complexo Anhembi” para reforma, gestão, manutenção, operação e exploração pelo prazo de 30 anos. Até 30 de junho de 2022, a empresa vencedora da licitação, a GL Events Brasil Participações Ltda., depositou um valor de R\$ 31.349 mil, a título de adiantamento, do valor de R\$ 53.740 mil estipulado no acordo. Outro elemento do preço da Concessão, a outorga variável, tem como base a aferição do percentual de 12,5% sobre a receita da Concessionária, ou um valor mínimo anual de R\$10.000 mil. Em 27 de maio de 2021 a Companhia publicou Fato Relevante referente à Concorrência Internacional nº 001/20 em que o Poder Concedente (São Paulo Turismo S.A.), a Concessionária (SPE GL Events Centro de Convenções Anhembi S.A.) e Interveniante- Anuente (Município de São Paulo), assinaram o contrato CCN/GCO nº 014/2021. A Administração da Companhia estima que os acordos firmados serão devidamente cumpridos. Nossa conclusão não contém modificação em virtude desses assuntos.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como

informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstrações contábeis anual e informações contábeis intermediárias comparativas do exercício e trimestre anterior

As demonstrações contábeis da Companhia do exercício findo de 31 de dezembro de 2021 apresentadas para fins comparativos foram por nós auditadas, e o relatório, emitido em 22 de março de 2022, sem modificação, continha ênfases semelhante aos assuntos descritos na seção “Incerteza quanto à continuidade operacional dos negócios” e “Concessão Onerosa”. As informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2021 apresentadas para fins comparativos, foram revisadas, por outros auditores independentes, cujo relatório foi emitido em 11 de maio de 2021, sem modificação e com parágrafos de ênfase sobre os mesmos assuntos descritos na seção “Incerteza quanto à continuidade operacional dos negócios” e “Concessão Onerosa”.

São Paulo, 9 de agosto de 2022.

Luiz Carlos Soares da Silva
Contador CRC 1SP-228.054/O-4

Conatus Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-037.537/O-1

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

SÃO PAULO TURISMO S.A.
CNPJ/MF nº 62.002.886/0001-60
NIRE 35300015967

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL
REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 2022

DATA, HORA E LOCAL: 11 de agosto de 2022, às 15:00h, de forma virtual, via Microsoft Teams.

PRESENCAS: Presentes os membros titulares do Conselho Fiscal, Srs. Danilo Hatsumura, Emerson Onofre Pereira, Genival Francisco da Silva, Jesus Pacheco Simões e Paulo César Teodoro Bechtluft

Presentes, ainda, Sr. Rodrigo Kluska Rosa – Diretor de Gestão e de Relação com Investidores, Sr. João Paulo Aluizio – Gerente de Controladoria, Sr. Marcelo Simões Quintero – Coordenador e Sra. Elizabeth Lucchetti Fagundes – Chefe de Gabinete

INSTALAÇÃO: Instalada a Reunião do Conselho Fiscal por voto da unanimidade dos presentes.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Os Conselheiros Fiscais e a Secretária, Ana Paula Silva.

ORDEM DO DIA: Deliberação quanto às Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2022.

REGISTROS e DELIBERAÇÕES:

Com relação ao item único da Ordem do Dia, tendo como base os documentos apresentados para a apreciação do trimestre findo em 30 de junho de 2022, que foram diligentemente analisados, bem como diante do Relatório da Conatus Auditores Independentes S.S. emitido.

Assim, o Conselho Fiscal, pela unanimidade de votos dos presentes, emitiu parecer favorável à aprovação das Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2022, pelo que assinaram referido Parecer do Conselho Fiscal, o qual é parte integrante desta ata.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar e sem que ninguém quisesse fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta ata, em forma de sumário. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, tendo sido assinada pelos integrantes da mesa e lavrada no livro próprio.

São Paulo, 11 de agosto de 2022

Conselheiros:

(todos com assinatura eletrônica)

DANILO HATSUMURA – Conselheiro

EMERSON ONOFRE PEREIRA – Conselheiro

GENIVAL FRANCISCO DA SILVA – Conselheiro

JESUS PACHECO SIMÕES – Conselheiro

PAULO CÉSAR TEODORO BECHTLUFFT – Conselheiro

ANA PAULA SILVA - Secretária de Governança Corporativa

(esta página de assinaturas é parte integrante da Ata de Reunião Extraordinária do Conselho Fiscal realizada em 11 de agosto de 2022)

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da SÃO PAULO TURISMO S/A, em reunião, examinaram as demonstrações contábeis intermediárias da SÃO PAULO TURISMO S/A, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2022, com base nos acompanhamentos realizados, e à vista do relatório dos auditores da Conatus Auditores Independentes S/S, datado de 09/08/2022, observado o parágrafo de ênfase, são de parecer que os referidos documentos refletem a situação econômica e financeira da Companhia em 30 de junho de 2022.

São Paulo, 11 de agosto de 2022

(todos com assinatura eletrônica)

DANILO HATSUMURA

EMERSON ONOFRE PEREIRA

GENIVAL FRANCISCO DA SILVA

JESUS PACHECO SIMÕES

PAULO CÉSAR TEODORO BECHTLUFFT

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

SÃO PAULO TURISMO S.A.

CNPJ nº 62.002.886/0001-60

NIRE 35300015967

ATA DA 10ª REUNIÃO - 2022 - DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO REALIZADA EM 09 DE AGOSTO DE 2022

DATA, HORA E LOCAL: 09 de agosto de 2022, às 17h00, por videoconferência, via Microsoft Teams.

PRESENÇAS: Presentes os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, Sr. Sérgio Tuffy Sayeg – Presidente e Sr. Dorival Alcalde – Membro.

INSTALAÇÃO: Instalada a Reunião do Comitê de Auditoria Estatutário por voto da unanimidade dos presentes.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente, Sr. Sérgio Tuffy Sayeg, e a Secretária, Sra. Ana Paula Silva.

ORDEM DO DIA: Tomar conhecimento das Informações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2022 e manifestação ao Conselho de Administração.

REGISTROS e DELIBERAÇÕES:

Em continuidade aos trabalhos desenvolvidos e registrados nas atas da 8ª Reunião e 9ª Reunião - 2022 - do Comitê de Auditoria Estatutário, realizadas, respectivamente, em 22 de julho e 05 de agosto de 2022, os membros tomaram conhecimento da versão final do Relatório da Administração e das Informações Financeiras Intermediárias da Companhia em 30 de junho de 2022 e respectivas notas explicativas, aprovados pela Diretoria Executiva em reunião realizada em 09 de agosto de 2022, e do Relatório da Revisão Especial, com parágrafos de ênfase e sem ressalva, da Conatus Auditores Independentes S.S., emitido também nesta data.

Após análise desses documentos, observados registros dos membros do CAE nas atas das reuniões anteriores acima citadas, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário recomendam sua aprovação pelo Conselho de Administração.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta ata, em forma de sumário. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, para ser assinada e lavrada no livro próprio.

São Paulo, 09 de agosto de 2022.

Membros do Comitê de Auditoria Estatutário:

(todos com assinatura eletrônica)

SÉRGIO TUFFY SAYEG

Presidente

DORIVAL ALCALDE

Membro

ANA PAULA SILVA

Secretária de Governança Corporativa

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

SÃO PAULO TURISMO S.A.
CNPJ/MF nº 62.002.886/0001-60
NIRE 35300015967

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA EXECUTIVA REALIZADA EM 09 DE AGOSTO DE 2022

DATA, HORA E LOCAL: 09 de agosto de 2022, às 11:00h, na sede da Companhia.

PRESENCAS: Participaram os membros da Diretoria Executiva, Srs. Gustavo Garcia Pires – Diretor Presidente, Fernanda Ascar de Albuquerque Abranches Oda – Diretoria de Turismo, Sandro Augusto Cuoghi respondendo interinamente pela Diretoria de Estruturação de Negócios (Ato DPR 013/2022), Pedro Henrique Krawczyk Pauli – Diretor Jurídico e de Conformidade, Raymundo Pedro Gonçalves Filho – Diretor de Representação dos Empregados, Rodrigo Kluska Rosa – Diretor de Gestão e de Relação com Investidores, Thiago Antunes Cavalca Reis Lobo – Diretor Clientes e Eventos.

INSTALAÇÃO: Instalada a Reunião da Diretoria Executiva por voto da unanimidade dos presentes.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente, Sr. Gustavo Garcia Pires. Secretária, Ana Paula Silva.

ORDEM DO DIA: Deliberação quanto as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2022.

REGISTROS e DELIBERAÇÕES:

O Diretor Presidente, Sr. Gustavo Garcia Pires, saudou os presentes e agradeceu a presença dos demais Diretores para discussão acerca do item da Ordem do Dia da presente reunião.

Com relação ao item único da Ordem do Dia, tendo analisado as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2022, a Diretoria Executiva da Companhia, por unanimidade de votos dos presentes, declara que:

(i) Reviu, discutiu e concorda com as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia referentes ao segundo trimestre de 2022, findo em 30 de junho de 2022, pelo que assinaram, nos termos dos incisos V e VI, do artigo 25, da ICVM nº 480/09, a

“Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras”.

(ii) Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório da Conatus Auditores Independentes S.S., datado de 09/08/2022, acerca das Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia relativas ao segundo trimestre de 2022, pelo que assinam, na presente data, e nos termos dos incisos V e VI, do artigo 25, da ICVM nº 480/09, a “Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes”.

Por fim, e diante de todo o exposto acima, as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2022 serão, ainda, objeto de análise pelos Conselhos de Administração e Fiscal, em reuniões a serem realizadas ainda nesta semana.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, e como ninguém quis fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta Ata, em forma de sumário. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, tendo sido assinada pelos integrantes da mesa e lavrada no livro próprio.

São Paulo, 09 de agosto de 2022

(todos com assinatura eletrônica)

GUSTAVO GARCIA PIRES

Diretor Presidente

FERNANDA ASCAR DE ALBUQUERQUE ABRANCHES ODA

Diretora de Turismo

SANDRO AUGUSTO CUOGHI

Diretor de Estruturação de Negócios interino

PEDRO HENRIQUE KRAWCZYK PAULI

Diretor Jurídico e de Conformidade

RAYMUNDO PEDRO GONÇALVES FILHO

Diretor de Representação dos Empregados

RODRIGO KLUSKA ROSA

Diretor de Gestão e de Relação com Investidores

THIAGO ANTUNES CAVALCA REIS LOBO

Diretor Clientes e Eventos

(esta página de assinaturas é parte integrante da ata da Reunião Extraordinária da Diretoria Executiva da SPTURIS realizada em 09 de agosto de 2022)

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

SÃO PAULO TURISMO S.A.
CNPJ/MF nº 62.002.886/0001-60
NIRE 35300015967

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA EXECUTIVA REALIZADA EM 09 DE AGOSTO DE 2022

DATA, HORA E LOCAL: 09 de agosto de 2022, às 11:00h, na sede da Companhia.

PRESENCAS: Participaram os membros da Diretoria Executiva, Srs. Gustavo Garcia Pires – Diretor Presidente, Fernanda Ascar de Albuquerque Abranches Oda – Diretoria de Turismo, Sandro Augusto Cuoghi respondendo interinamente pela Diretoria de Estruturação de Negócios (Ato DPR 013/2022), Pedro Henrique Krawczyk Pauli – Diretor Jurídico e de Conformidade, Raymundo Pedro Gonçalves Filho – Diretor de Representação dos Empregados, Rodrigo Kluska Rosa – Diretor de Gestão e de Relação com Investidores, Thiago Antunes Cavalca Reis Lobo – Diretor Clientes e Eventos.

INSTALAÇÃO: Instalada a Reunião da Diretoria Executiva por voto da unanimidade dos presentes.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente, Sr. Gustavo Garcia Pires. Secretária, Ana Paula Silva.

ORDEM DO DIA: Deliberação quanto as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2022.

REGISTROS e DELIBERAÇÕES:

O Diretor Presidente, Sr. Gustavo Garcia Pires, saudou os presentes e agradeceu a presença dos demais Diretores para discussão acerca do item da Ordem do Dia da presente reunião.

Com relação ao item único da Ordem do Dia, tendo analisado as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2022, a Diretoria Executiva da Companhia, por unanimidade de votos dos presentes, declara que:

(i) Reviu, discutiu e concorda com as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia referentes ao segundo trimestre de 2022, findo em 30 de junho de 2022, pelo que assinaram, nos termos dos incisos V e VI, do artigo 25, da ICVM nº 480/09, a

“Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras”.

(ii) Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório da Conatus Auditores Independentes S.S., datado de 09/08/2022, acerca das Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia relativas ao segundo trimestre de 2022, pelo que assinam, na presente data, e nos termos dos incisos V e VI, do artigo 25, da ICVM nº 480/09, a “Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes”.

Por fim, e diante de todo o exposto acima, as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2022 serão, ainda, objeto de análise pelos Conselhos de Administração e Fiscal, em reuniões a serem realizadas ainda nesta semana.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, e como ninguém quis fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta Ata, em forma de sumário. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, tendo sido assinada pelos integrantes da mesa e lavrada no livro próprio.

São Paulo, 09 de agosto de 2022

(todos com assinatura eletrônica)

GUSTAVO GARCIA PIRES

Diretor Presidente

FERNANDA ASCAR DE ALBUQUERQUE ABRANCHES ODA

Diretora de Turismo

SANDRO AUGUSTO CUOGHI

Diretor de Estruturação de Negócios interino

PEDRO HENRIQUE KRAWCZYK PAULI

Diretor Jurídico e de Conformidade

RAYMUNDO PEDRO GONÇALVES FILHO

Diretor de Representação dos Empregados

RODRIGO KLUSKA ROSA

Diretor de Gestão e de Relação com Investidores

THIAGO ANTUNES CAVALCA REIS LOBO

Diretor Clientes e Eventos

(esta página de assinaturas é parte integrante da ata da Reunião Extraordinária da Diretoria Executiva da SPTURIS realizada em 09 de agosto de 2022)